

# CEDI

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 159

DATA : 1 3 89

PG. : 6

### *OAB defenderá ianomâmis na Justiça*

BRASÍLIA — No início da próxima semana, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) terá em mãos a minuta de uma ação judicial que acusa o presidente Sarney de agir inconstitucionalmente na criação do Parque Ianomâmi. A minuta da ação, redigida pelo advogado Carlos Marés para dar entrada no Supremo Tribunal Federal (STF), argúi a inconstitucionalidade dos decretos assinados pelo presidente da República em 16 de fevereiro criando o que a OAB chama, ironicamente, de "arquipélago ianomâmi".

De acordo com os 19 decretos assinados pelo presidente, os 9 mil ianomâmis moram, agora, em 19 pequenas *ilhas* isoladas entre si que, somadas, atingem um total de 2,435 mil hectares. Cinco meses antes disso, no dia 13 de setembro de 1988, o mesmo governo, através de quatro de seus ministros, reconhecia que os índios ianomâmis ocupavam imemorialmente uma superfície aproximada de 8,216 milhões de hectares e a declarava "de posse permanente dos indígenas".

As pessoas e entidades que integram na OAB a recém-criada Ação pela Cidadania (OAB, CNBB, SBPC, deputados e senadores, entre outros) querem saber onde foram parar mais de 5,7 milhões de hectares de terra ianomâmi, uma vez que, de acordo com a Constituição em vigor, são reconhecidos aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Para o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brand, os decretos presidenciais são inócuos e estão muito longe de garantir a sobrevivência dos ianomâmis.

— O ato presidencial acaba de oficializar o esbulho de 70% do território ianomâmi — acusa.

Para o deputado federal José Carlos Sabóia (PSB-MA), integrante da Ação pela Cidadania, a demarcação do território ianomâmi em 19 áreas, envolvidas pelo Parque Nacional do Pico da Neblina e pelas florestas nacionais do Amazonas e de Roraima, tem um objetivo claro: permitir a ocupação geoeconômica para expansão da fronteira capitalista.